

MAUÁ E O JOGO DO ANACRONISMO

MÁRCIA NAOMI KUNIOCHI*

RESUMO

Análise de discursos historiográficos relativos à atuação do personagem Visconde de Mauá no processo histórico brasileiro na segunda metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Barão e visconde de Mauá, banco, biografia, crédito, letra de câmbio

Muitos historiadores concordam que "o presente é o mais eficaz dos motores do impulso de compreender". Porém, existe o perigo maior de se "importar noções que sua época de referência supostamente não conheceu", incorrendo-se no risco de se defrontar com o temível problema do anacronismo em História, conforme alerta Nicole Loraux.¹

No caso das biografias, é difícil resistir à tentação de se fazer julgamentos balizados em parâmetros do tempo presente de quem escreve.

Sob esse prisma, temos um exemplo interessante quando lemos trabalhos escritos sobre Irineu Evangelista de Souza, barão e visconde de Mauá: para alguns, um audacioso empreendedor, e, para outros, um aliado do capital estrangeiro. As obras, que fazem um relato de sua vida e de seus empreendimentos, veiculam problemáticas e questões das épocas vividas pelos próprios biógrafos, e pouco esclarecem sobre o teor das atividades do empresário e a lógica do funcionamento dos negócios desenvolvidos em meados do século XIX.

A primeira biografia, publicada em 1926, foi escrita por Alberto de Faria², cujo discurso ufanista contribuiu para transformar Irineu Evangelista de Souza em personagem relevante de nossa História. O olhar do escritor para o passado tinha em vista a busca dos homens que fizeram a "nação brasileira", destacando o espírito empreendedor que

¹ LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 57-70.

² FÁRIA, Alberto de. *Ireneu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Brasileira.

sobressaía no modo de agir e pensar do empresário.

A dedicatória já anuncia o tratamento dado ao biografado: "Aos moços do meu paiz, para que se eduquem na admiração de um grande homem, virtuoso na fortuna, heróico na adversidade."

Este tom permanece ao longo do extenso texto, e demonstra a admiração de Faria pelo empresário. Aliado ao estilo encomiástico, o discurso nacionalista permeia todos os comentários sobre os empreendimentos de Irineu Evangelista. Alberto de Faria identifica três figuras que tiveram um papel proeminente no problema da unidade e na formação da nacionalidade: D. Pedro II, Caxias e Mauá. O autor define a questão da unidade e nacionalidade com as seguintes palavras:

"Havia uma obra a realizar, a criação de uma grande nação, a reunião política do vasto domínio portuguez desmembrado em capitánias que pouco se ligavam pelo interesse e pelos costumes, separadas por distancias colossaes, por dimas diversos, e ameaçadas pelo risco de desintegração, como o vice-reinado hespanhol" (Faria, 1933, p. 27).

Ao projeto de criação de uma Nação, estava subjacente a preocupação de Alberto de Faria com as dimensões territoriais e à falta de integração entre as diferentes regiões brasileiras. As idéias contidas neste trecho refletem uma corrente historiográfica brasileira, conforme análise de Nilo Odália, no livro *As formas do mesmo*³, em que analisa o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. O autor sustenta que a obra de Varnhagen vai dar origem a uma linha de pensamento cujos parâmetros podem ser encontrados em análises sobre a sociedade brasileira até os dias atuais. Fazem parte desta "escola": Varnhagen, Sílvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freire.

Para Odália, nessa corrente, pode ser encontrada a síntese "dos ideais e objetivos das classes dirigentes que tomaram a seu cargo a construção da Nação" (Odália, 1977, p. 24). Pois, um dos pressupostos de Varnhagen era que, em uma "Nação jovem e insegura", caberia ao Estado a função de realizar o projeto de Nação, uma vez que era seu dever preencher o vazio de idéias em que se processou a independência.

No século XIX, foram forjados os projetos de Nação que ainda vigoram, mas que são freqüentemente remodelados e apresentados como novos. Estava implícito, nesses projetos, uma ideologia, e estava destinado ao historiador o papel de forjador da nacionalidade brasileira, através da "busca no passado dos minúsculos acontecimentos que podem ser considerados gestos tímidos de identidade"

³ ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo*: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.

(Odália, 1977, p. 33).

Essas idéias predominaram na produção historiográfica brasileira até as primeiras décadas do século XX, e a obra de Alberto de Faria pode ter sido influenciada por essa corrente. Na biografia, predomina o tom apologético, e o autor procura identificar, através dos inúmeros empreendimentos do empresário, indícios de que ele teria contribuído para forjar a nacionalidade brasileira. Nesse sentido, Faria assume o papel destinado aos historiadores, conforme definiu Vanhargen.

O autor exalta o patriotismo de Irineu Evangelista em todos os momentos: "Mauá teve que conquistar o seu lugar ao sol. Foi um *self made man* que, enriquecendo no commercio, voltou-se depois ao interesse de sua patria" (Faria, 1933, p. 28).

A contribuição do empresário para a unidade do Império constitui o grande trunfo de Alberto de Faria para provar que Mauá foi um dos "forjadores" da Nação brasileira. Mauá tinha um projeto bem delineado de interligação das diferentes regiões do Brasil, através de uma rede de meios de comunicação em que intercalava o transporte fluvial, ferrovia e rodovia; nessa ordem de prioridade, tendo como critério a razão custo/benefício. É o que demonstra no trecho sobre a construção das ferrovias, consideradas fundamentais na "tarefa da unidade nacional, batendo de frente o obstáculo da extensão do território com as primeiras linhas de estradas de ferro, ao norte com a Estrada de ferro Recife a S. Francisco (1855), e ao sul com a D. Pedro II (1853) e a navegação" (Faria, 1933, p. 44).

Um segundo autor a tratar sobre as realizações de Mauá não iria escrever propriamente uma outra biografia, pois o objetivo de Edgardo de Castro Rebello⁴ era desmistificar a imagem do empreendedor, feita por Faria.

Alguns capítulos foram publicados em 1929 na Revista Cultura, dirigida por Francisco Mangabeira; interrompida, com o fechamento da revista, após a vitória da "Movimento de 30". No ano seguinte, saiu a publicação do texto integral, sendo considerado por alguns como "o primeiro estudo com base na interpretação materialista da História."⁵

Rebello era um respeitado professor de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, onde lecionou de 1914 a 1954. Foi preso em 1935, acusado de ter participado na Intentona Comunista, juntamente com mais três professores. Foram companheiros de cárcere de Graciliano Ramos, na Ilha Grande; libertados pouco tempo depois, sem processo

⁴ REBELLO, Edgardo de Castro. Mauá, restaurando a verdade. In: *Mauá & outros estudos*. Rio de Janeiro: Liv. São José, 1975.

⁵ As informações sobre a vida de Rebello e sua obra foram retiradas da "Introdução" escrita por Francisco de Assis Barbosa.

ou inquirições; Castro Rebello só conseguiria a sua reintegração na Universidade Federal em 1945.

A obra do professor de Direito sobre Mauá nasceu de uma discussão com Capistrano de Abreu. Rebello condenava "o formalismo biográfico e a problemática do livro" sobre Mauá; enquanto Capistrano via méritos na obra de Faria por rememorar uma figura que andava esquecida.

Para justificar as críticas, Rebello resgata os acontecimentos que poderiam ter influenciado Faria, analisando a passagem do primeiro centenário da Independência, que ocasionou uma "intensa curiosidade em volta do passado." No trecho que tenta caracterizar o momento, Rebello utiliza um tom irônico para registrar as iniciativas que procuraram marcar a data do centenário:

"Lembraram-se, então, de que todo um patrimônio de antiquesimas andava disperso, abandonado, quase perdido: móveis, alfaias, prataria, porcelanas, moedas, estampas, gravuras, utensílios, bugigangas. Era preciso salvá-lo, reuni-lo, fosse como fosse, custasse o que custasse, às tontas, sem critério, sem discernimento" (Rebello, 1975, p. 5).

Castro Rebello estabelece, entre o final da década de 10 e ao longo da de 20, alterações no padrão de comportamento e nos valores da sociedade. Na busca de uma identidade, o autor relata as iniciativas de alguns de copiar o exótico em povos estranhos e, de outros, de buscar o "culto das coisas nacionais".

Logo depois, ocorreu a passagem do centenário do D. Pedro II, que deu continuidade ao culto nacionalista, produzindo uma literatura que buscava no passado um precedente para todas as áreas e assuntos: política, medicina, diplomacia, engenharia, etc. Faltava, no entanto, uma tradição para um setor: os negócios. Castro Rebello intui que este deve ter sido o sentimento de Faria ao tomar a iniciativa de escrever a biografia de Mauá.

Mas, de uma certa forma, ao traçar um novo perfil de Mauá, Rebello manteve o caráter nacionalista, agregando uma nova bandeira - a luta contra o imperialismo. O professor de Direito condena o empresário pelas conexões que manteve com o capital inglês, alertando contra a influência perniciosa do capital estrangeiro na construção da nação brasileira.

Tendo como parâmetro de comparação a idéia de nacionalidade, na obra de Faria, Irineu Evangelista de Souza era o arquétipo do empreendedor, cuja ação contribuíra para a construção da Nação brasileira; na versão de Rebello, o empresário passou a ser retratado como um dos inimigos da Nação, por ter sido o principal representante do capital inglês no Brasil. Na década de 1930, a visão de Rebello sobre

Mauá abriu flancos para justificar o uso de seu nome na questão que envolvia a luta contra os interesses imperialistas, vinculado às desconfianças para com as ações da burguesia nascente, cujos propósitos só eram justificados por interesses pessoais.

Essa visão vai se refletir, a partir de então, nos autores que abordam o tema, como, por exemplo, Richard Graham, que analisa a entrada de capital estrangeiro no país e refere-se ao empresário como o "anglófilo Visconde de Mauá".⁶

É interessante observar que, em análises clássicas sobre a economia brasileira, o período de 1850 a 1875 é considerado por todos rico em iniciativas empresariais e de empreendimentos, sendo que Mauá esteve presente, direta ou indiretamente, em inúmeros deles. Porém, seu nome não é mencionado em obras como o de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado⁷. Pode-se considerar que, sendo textos de análise geral sobre a economia brasileira, não comportaria referências a ações individuais.

Em *Raízes do Brasil*⁸, obra de abrangência equivalente ao dos outros dois autores, Sérgio Buarque de Holanda reconhece a importância de Mauá ao comentar os empreendimentos de meados do século XIX. Pode ser revelador o título do subitem que aparece no índice do capítulo Herança Rural: *O caso Mauá*; no desenvolvimento do texto, porém, o autor não chega a esclarecer a referência dada no índice.

Depois da obra de Rebello, poucos autores escreveram sobre a vida e empreendimentos de Mauá. As exceções ficaram para Lídia Besouchet e Anyda Marchant⁹, cujos livros passaram à margem do debate sobre o papel representado pelo empresário no cenário político-econômico do Brasil, pois as autoras escreveram suas obras fora do país. Lídia Besouchet, residindo na Argentina em exílio político, pesquisou os arquivos da região platina, e descreve, com maiores detalhes, a atuação de Mauá nos países da Região da Prata; Marchant escreveu uma biografia praticamente desconhecida no Brasil, publicada pela Princeton University. A autora utiliza a correspondência de Mauá, dando ênfase às

⁶ GRAHAM, Richard. *A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 65.

⁷ Cf. constatação nos livros de PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977; e de FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.

⁹ Lídio BESOUCHET publicou três livros no Brasil: *Mauá*. São Paulo: Martins, 1944; *Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977; e *Mauá e seu tempo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978; Anyda MARCHANT escreveu: *Viscount Mauá and the Empire of Brazil: a biography of Irineu Evangelista de Souza. 1813-1889*. Berkeley; Los Angeles: University of California, 1965.

cartas dirigidas aos sócios na Inglaterra e aos negócios realizados na Europa.

Somente algumas décadas depois, vai ocorrer um retorno do interesse por Mauá, incorrendo em um novo anacronismo. Inicialmente, essa volta foi tímida: uma reedição da *Autobiografia*¹⁰ de Irineu Evangelista de Souza, em 1986. O objetivo era iniciar uma coleção que receberia o nome de *Livre Iniciativa*, sob o patrocínio de Bianchi Editores. Os editores tinham a intenção de marcar um momento importante da História brasileira - a elaboração de uma nova constituição. O próprio Roberto Bianchi escreve em um dos vários artigos que acompanham a *Autobiografia* e analisam a obra de Mauá: "É uma maneira também de demonstrar, no ano em que o Brasil se prepara para promulgar uma nova Constituição, o que os empresários têm feito e ainda poderão fazer pela grandeza de nosso país, sob a égide inspiradora de um exemplo pioneiro, como o nosso Irineu Evangelista de Souza - O Barão de Mauá" (Bianchi Ed., 1987, p. 12).

Este trecho sugere o momento político, pois o fim da ditadura ensejava a oportunidade, por parte da iniciativa privada, de participar dos negócios em setores da economia que foram paulatinamente monopolizados pelo Estado militar. O discurso liberal era o mais apropriado para justificar as mudanças requeridas: liberdade de produção e de comércio, além das liberdades políticas. Mas, ao mesmo tempo, o texto de Roberto Bianchi tem fortes componentes nacionalistas, que podem ser compreendidos em função dos interesses do setor privado em justificar a "desestatização da economia". Pode-se qualificar o discurso do editor de um "nacionalismo às avessas" - a reconstrução da Nação, através da retração da máquina estatal. Ao contrário dos historiadores do século passado, o novo projeto de Nação estava vinculado ao fortalecimento do setor privado frente ao poderio estatal. Não caberia mais ao Estado a condução de um projeto nacional.

A reedição da *Autobiografia* passou praticamente despercebida do grande público. Porém, a última obra editada: *Mauá*, escrito por Jorge Caldeira¹¹, foi amplamente divulgada e debatida, demonstrando que fora correta a avaliação dos empresários em resgatá-lo do passado. A edição do livro levou o nome de Irineu Evangelista de Souza para todos os meios de comunicação.

O anacronismo tem servido para que, de tempos em tempos, o personagem Mauá seja lembrado, e, em cada caso, um novo ângulo de suas atividades é descoberto e debatido.

¹⁰ *Barão de Mauá* – Empresário & Político. São Paulo: Bianchi, 1987. Coleção Livre Iniciativa.

¹¹ CALDEIRA, Jorge. *Mauá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Por outro lado, uma análise detalhada dos documentos organizados sob o nome Arquivo Mauá, depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pode trazer revelações sobre os negócios do empresário que ainda não foram levantadas. Este arquivo consiste, na sua grande parte, de correspondência bancária a agentes do Banco Mauá na Região da Prata e na Europa, além de cartas avulsas a políticos do Brasil e de países sul-americanos.

Grande parte da correspondência bancária contém dados numéricos, informando sobre o câmbio no Rio de Janeiro, na cidade do Rio Grande, na Inglaterra, no Uruguai e províncias argentinas. As cartas também trazem comentários sobre acontecimentos políticos e econômicos, que serviam para justificar os números apresentados e eram utilizados como base para a previsão sobre o câmbio futuro. A partir do câmbio do dia e do câmbio previsto, eram feitas as orientações sobre as operações bancárias mais convenientes.

A constância e o grande número desses documentos oferece uma boa oportunidade de acompanhamento da prática bancária adotada na época, que podem ser verificadas ao longo do tempo. Só para o representante do Banco Mauá da agência da cidade do Rio Grande, na Província do Rio Grande do Sul, o volume é tão grande que está contido em 12 pastas, com cartas que vão de 1850 a 1889.

A maior parte do conteúdo trata de instruções sobre o desconto e remessa de letras de câmbio. Uma letra de câmbio envolve operações financeiras e/ou comerciais que trabalham com duas ou mais moedas¹². Mauá dirigia sua rede bancária do Rio de Janeiro, onde recebia de seus correspondentes os índices de cada localidade em que havia estabelecido uma sucursal; de posse desses dados, ele calculava as diferenças cambiais de uma cidade para outra e definia as melhores operações que tirassem partido dessas taxas, envolvendo duas, três ou mais praças comerciais.

Os números demonstram que eram das diferenças cambiais que Mauá tirava lucros, em média de 1,5% a 3% ao mês, números que, para os juros da época, significavam ganhos expressivos; pois, no mesmo período, o dinheiro na Inglaterra era obtido a 6% ao ano, no Rio a 8%, no Rio Grande a 12%, e na Região Platina entre 12 e 20%. Levando-se em conta o montante de capital que o banqueiro manipulava (no balanço de 1867, o capital do Banco Mauá era bem maior do que a receita do país para o mesmo ano), 1, 2 ou 3% de ganho ao mês correspondia a um valor de grandes dimensões.

A prática bancária de Mauá era usual desde a época dos grandes

¹² Por exemplo, uma venda de café para o exterior tinha o pagamento previsto normalmente para três meses; era passada uma letra, em libras, mas que seria paga em réis.

mercadores italianos, fato comprovado pelas descrições contidas no livro de Raymond De Roover - *L'evolution de la lettre de chambre, XIV-XVII siècles*¹³. O autor pesquisou a origem da letra de câmbio e as mudanças ocorridas no seu manuseio ao longo do tempo, detalhando com precisão as operações e os cálculos que os comerciantes ou banqueiros faziam. Essas descrições são idênticas às operações cambiais contidas nas cartas de Mauá a Ricardo Ribeiro.

Os mercadores italianos enriqueceram no comércio do Mediterrâneo, através do manuseio de papéis comerciais e da especulação cambial, realizando a prática da arbitragem, conforme comprovou Raymond De Roover. Da mesma forma, Mauá enriqueceu descontando papéis relativos às atividades comerciais, realizadas no Brasil e Rio da Prata, de produtos enviados para a Europa, manipulando as taxas cambiais do Rio de Janeiro, Rio Grande, Montevidéu, cidades da província argentina e Londres.

O reconhecimento desse ganho na arbitragem de papéis comerciais remete à questão da possibilidade de retenção de parcela do capital comercial no circuito interno da economia brasileira. Esse assunto tem sido objeto de pesquisas recentes sobre o comércio internacional, principalmente no setor do tráfico de escravos.¹⁴

A investigação das atividades comerciais e financeiras de Irineu Evangelista de Souza desvendou o processo como se dava a retenção de parte do capital comercial nas mãos de intermediários. Os grandes comerciantes, tanto brasileiros como estrangeiros, costumavam realizar adiantamentos em dinheiro, tomando papéis comerciais como garantia. Eram os chamados descontos. Essa atividade financeira era o grande filão de onde provinham os ganhos do Banco Mauá. As análises de mercado, encontradas nas cartas, tinham como objetivo definir os índices a serem concedidos nos descontos de papéis.

Entretanto, Mauá foi, ao mesmo tempo, um dos grandes empreendedores de sua época, participando de negócios no setor de transporte, infra-estrutura urbana, setor fabril, etc. Ao mesmo tempo, uma análise do quadro de suas empresas revela a pequena lucratividade desses investimentos. Pode-se aventar a hipótese de que o capital utilizado nesses empreendimentos era proveniente dos ganhos obtidos na especulação bancária. No entanto, foram essas atividades

¹³ Editado em Paris, pela Librairie Armand Colins, 1953.

¹⁴ Cf. análise contida nos livros de: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; e FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

empresariais que lhe deram fama de empreendedor ousado e intrépido.

Essa aparente dicotomia entre o especulador do setor comercial-financeiro e o construtor de grandes empreendimentos levou a essa reflexão sobre o modo como sua imagem foi sendo construída e reconstruída pela historiografia.

Uma parcela da elite brasileira tinha, reconhecidamente, altos lucros em atividades ligadas ao comércio internacional, e esses recursos permaneciam no país. No entanto, o problema endêmico da falta de capitais e da dependência de recursos externos sempre foi a tônica dos discursos da elite nacional para justificar a miséria e a pobreza do país.

Um conhecimento mais profundo sobre as atividades financeiras e comerciais do século XIX pode contribuir para um entendimento maior da divisão de riqueza imposta ao país ao longo de sua História.

Os historiadores do século XIX forjaram uma história do país, com o objetivo de justificar a ação do Estado de acordo com os ideais da elite dominante.

A junção do nome de Mauá à questão da constituição da Nação brasileira (no caso de Alberto de Faria), ou a interesses externos (como quer fazer crer Castro Rebello), ou à figura mítica de um empreendedor intrépido e arrojado (como tentou demonstrar um setor da elite empresarial) são exemplos de um sincretismo realizado pelos autores, no sentido de uma "reunião artificial de idéias ou de teses de origens disparatadas".¹⁵

Renato Ortiz, no livro *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*¹⁶, desenvolve análise semelhante, como aparece no trecho:

"Pode-se, então, dizer que a lógica que preside o pensamento de nossos intelectuais se decompõe em dois momentos: 1) escolhe-se entre os diferentes objetos a serem sincretizados, isto é, as teorias disponíveis, algumas dentre elas; 2) no interior dessas teorias, seleciona-se os elementos considerados pertinentes pelo sistema-partida, no caso a problemática nacional" (Ortiz, 1994, p. 33).

No caso de Mauá, esse sincretismo é fruto do uso anacrônico de suas idéias e empreendimentos. Os historiadores pinçaram os atos e idéias do empresário que pudessem estar de acordo com as idéias a serem defendidas. Um dado relevante é o fato de que o Banco Mauá, no Uruguai, financiou diversos empreendimentos urbanos de melhoramentos públicos, similares aos que havia financiado no Rio de Janeiro. Lídia Besouchet cita um autor uruguaio que reconhece, no

¹⁵ Cf. verbete do Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda.

¹⁶ Renato ORTIZ, no livro *Cultura brasileira & identidade nacional* (São Paulo, Brasiliense, 1994), faz uso deste termo em análise semelhante, quando estuda a questão da identidade nacional.

brasileiro, "a grande força econômica a favor do progresso" atuante no país (Besouchet, 1978, p. 105-106).

Para analisar o personagem Mauá, há de se admitir que ele foi, em sua época, um dos homens mais ricos do continente sul-americano, atuou em diversos ramos da economia de diferentes países, esteve à frente dos mais variados empreendimentos - a carreira fulminante aliada à falência estrondosa ensejou diversas polêmicas que estão na origem das inúmeras versões que procuraram explicar sua vida e obra.

As diversas facetas de Mauá permitem que façam uso de seu nome anacronicamente. Essa prática pode ser reflexo de um desconhecimento da história dos negócios no Rio de Janeiro e no país, em meados do século XIX. No momento em que a paisagem de fundo estiver definida, seus personagens poderão ser vistos com maior nitidez.

